



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Concurso Público

CARGO 3:
AUDITOR DAS CONTAS PÚBLICAS
Avaliação de Potenciais



Aplicação:
5/12/2004

TARDE

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Unidade Especializada para Provas Escritas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes à Avaliação de Potenciais, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso; a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a avaliação, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da avaliação é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a avaliação, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **9/12/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da Avaliação de Potenciais: Internet — www.cespe.unb.br e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **10 e 11/12/2004** – Recursos (Avaliação de Potenciais): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **11/1/2005** – Resultados finais da Avaliação de Potenciais e do concurso: Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – TCE/PE, de 2/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

Texto I – itens de 1 a 6 e 12

1 A situação confusa e complexa dos habitantes do
Brasil durante os dois primeiros séculos do período colonial
propiciava aos que empunhavam a pena abordar, com firmeza
4 e presunção, as questões relativas à identidade colonial da
região, à hierarquia fidalga dos poderosos e à liderança
político-econômica subalterna à metrópole. Identidade
7 nacional, hierarquia social e liderança político-econômica
iam sendo reconfiguradas e impostas pelos portugueses-
abrasileirados à medida que um projeto de nação, já no
10 terceiro século colonial, começava a iluminar as cabeças mais
revolucionárias, convencendo as elites (não tenhamos
13 projeção econômica a dar o chute inicial no processo de
expulsão do colonizador metropolitano, o português, ou
qualquer outro povo invasor.

16 Nos casos levantados, a palavra escrita e os livros
(tanto o descritivo, quanto o ensaístico e o ficcional) servirão
19 como mecanismo de abordagem dos problemas, definição de
categorias de análise e estabelecimento de valores sociais,
políticos, econômicos e estéticos da nova terra e da sua gente.

Silviano Santiago. *Introdução geral a intérpretes do Brasil*. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. XVI (com adaptações).

Em relação às estruturas do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 1 Pelas informações do texto, infere-se que a expressão “empunhavam a pena” (l.3) faz referência aos encarregados da lei e da justiça no período colonial, já que eram eles que agiam com firmeza e presunção para colocar ordem entre os habitantes.
- 2 A substituição da forma verbal “abordar” (l.3) pela correspondente no plural **abordarem** configura transgressão à norma culta escrita formal.
- 3 Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do trecho ao se substituir a expressão “à medida que” (l.9) por **a proporção que**.
- 4 Na linha 11, a substituição da vírgula e da forma verbal de gerúndio “convencendo” pela expressão **e a convencer** preserva a correção gramatical do período sem exigir outras alterações no texto.
- 5 Subentende-se da argumentação apresentada no texto que a expressão “casos levantados” (l.16) retoma e substitui as seguintes idéias anteriormente explicitadas: identidade nacional, hierarquia social e liderança político-econômica.
- 6 Pelos sentidos do texto, a forma verbal “servirão” (l.17) está no futuro do indicativo para indicar que a informação subsequente a que se refere ainda não tinha acontecido no momento em que o ensaio foi produzido.

Texto II – itens de 7 a 10 e 12

1 O livro nos permite sempre escapar de nosso
contexto espaço-temporal imediato. Em nossos dias, a leitura
pressupõe uma transcendência *sui generis*, ou seja, a que
4 se dirige ao conjunto do gênero humano, em sua infinita
variedade. O homem, que hoje é possuidor de várias
identidades, aprende a ser judeu com Proust, católico com
7 Greene, irlandês com Joyce, colombiano com García
Márquez e, em cada um desses livros, pode fazer a
aprendizagem da alteridade, identificando-se, sucessiva ou
10 simultaneamente, com cada personagem.

Sérgio Paulo Rouanet. *Do fim da cultura ao fim do livro*. In: Eduardo Portella (org.). *Reflexões sobre os caminhos do livro*. São Paulo: UNESCO-Moderna, 2003, p.76-7 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao texto II.

- 7 Haveria transgressão das exigências da norma culta escrita se o primeiro período do texto apresentasse a seguinte redação: O livro sempre permite que escapemos de nosso contexto espaço-temporal imediato.
- 8 Se a expressão “se dirige” (l.4) for substituída por **é dirigida**, preservam-se a correção gramatical, a coerência textual e as informações originais do texto.
- 9 Em “aprende a ser judeu” (l.6), a presença de preposição é exigida pela regência da forma verbal do infinitivo “ser”.
- 10 A expressão “a aprendizagem da alteridade” (l.8-9) diz respeito à idéia de compreensão da condição e da natureza do outro, do que é diferente.

Texto III – itens 11 e 12

1 A cultura pode sobreviver, transformando-se em
cultura universal. E o livro tem futuro, se renunciar a seu
papel de instância formadora de identidades coletivas,
4 homogêneas, afim de transformar-se em um instrumento para
a constituição de identidades múltiplas, segundo a lógica do
processo de universalização.

Idem, ibidem (com adaptações).

Em relação ao texto III, julgue o item abaixo.

- 11 No trecho, há três erros de grafia de palavras e um erro de pontuação.

Com base nos textos I, II e III, julgue o item a seguir.

- 12 No texto II, ao afirmar que o homem de hoje tem várias identidades e, no texto III, que o livro deve renunciar ao seu papel de instância formadora de identidades coletivas, o autor propugna que a tarefa exercida pela palavra escrita e pelo livro no período de consolidação da identidade nacional está entrando em declínio na era da cultura universal, que é vivida neste momento.

Quanto à administração pública e à reforma do Estado contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 13 A “nova gestão pública” reconhece que os Estados democráticos contemporâneos têm atribuições que vão além da garantia da propriedade e dos contratos, devendo fortalecer-se para formular e implementar políticas públicas.
- 14 O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado priorizava o planejamento estratégico das organizações públicas em vez da reestruturação organizacional.
- 15 Pelo proposto no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, órgãos com atribuição de fiscalização seriam considerados executores de atividades exclusivas de Estado e deveriam ser transformados em organizações sociais.
- 16 Uma das principais diferenças entre a administração pública burocrática e a administração pública gerencial reside nos mecanismos de controle. No primeiro caso a ênfase é no controle de procedimentos enquanto no segundo controlam-se os resultados.
- 17 É correto afirmar que as agências reguladoras enquadram-se, pelas suas atribuições e características, no setor implementador de “atividades exclusivas de Estado”, como um tipo de agência executiva.
- 18 A burocracia patrimonialista era o modelo clássico de administração presente nas monarquias européias do século XIX.
- 19 Formas de ingresso e promoção no serviço público baseadas em princípios meritocráticos são uma das principais inovações trazidas pela administração pública gerencial.
- 20 O termo publicização refere-se à estruturação de entidades prestadoras de serviços não-exclusivos de Estado em organizações de natureza pública não-estatal, como as organizações sociais.
- 21 Os fundos constituídos com finalidade previdenciária pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios não poderão em nenhuma hipótese aplicar seus recursos em títulos públicos.
- 22 O abono de permanência de que tratam a Constituição Federal e a Emenda Constitucional n.º 41/2003 não é computado como base de contribuição dos servidores públicos.
- 23 A contribuição da União, incluindo suas autarquias e fundações, para o custeio do regime de previdência deve ser igual à contribuição do servidor ativo.
- 24 Existem três níveis de relação entre principal *versus* agente, com objetivos distintos: entre governo e agentes econômicos privados, com propósito de regulação; entre políticos e burocratas, para acompanhamento e controle; e entre cidadãos e governo, com a finalidade de responsabilização.

Com base nas normas constitucionais e no controle externo brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 25 De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que o julgamento das contas pelo Poder Judiciário é a última fase do ciclo orçamentário, qual seja: elaboração de proposta orçamentária pelo Poder Executivo; discussão e aprovação da referida proposta pelo Poder Legislativo; execução do orçamento; controle da execução do orçamento e parecer final, prévio ao julgamento das contas, pelo tribunal de contas; e julgamento das contas pelo Poder Judiciário.
- 26 O Poder Legislativo, além do exercício da atividade legislativa, exerce o controle financeiro sobre si e sobre os outros poderes, na medida em que fixa receita e estima a despesa, por meio do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, assim também quando impõe limites financeiros.
- 27 O prazo para o presidente da República prestar contas ao Congresso Nacional, anualmente, é de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa. Essa é uma competência privativa do presidente da República, cuja omissão pode acarretar crime de responsabilidade e a obrigação da Câmara dos Deputados de instaurar a tomada de contas.
- 28 Somente o Tribunal de Contas da União (TCU) pode afastar a aplicação de uma lei federal por inconstitucionalidade. Aos tribunais de contas dos estados e dos municípios é vedada essa prerrogativa.
- 29 O TCU, por falta de amparo legal, está impossibilitado de atender a solicitações ou requerimentos que visem à liberação de seus servidores para, em função do exercício do cargo, prestar depoimentos destinados a auxiliar a instrução de inquérito policial.
- 30 O tempo de serviço público estadual ou municipal computado com acréscimo somente poderá ser de igual modo considerado na esfera federal, se nela houver norma correspondente admitindo a contagem.
- 31 O recolhimento parcial do débito por um dos devedores solidários não o exonera da responsabilidade pela quantia restante, uma vez que a solidariedade imputada impede que seja dada quitação, enquanto o débito não for recolhido em sua totalidade.

De acordo com as regras constitucionais aplicáveis ao controle externo no âmbito federal, julgue os itens seguintes.

- 32 Compete ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República e daí emitir um relatório conclusivo, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do recebimento das contas.
- 33 Se determinada pessoa, ainda que não seja servidora pública, encontra-se na administração de bens da União, compete ao TCU julgar atos por ela praticados de que resulte prejuízo ao erário público.

Acerca da tomada e prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), julgue os itens que se seguem.

- 34 A tomada de contas ordinária é o procedimento administrativo que se baseia na confrontação da escrita com os correspondentes documentos, considerando a situação dos saldos no início e término do exercício ou período de gestão.
- 35 A tomada de contas especial é o procedimento administrativo apto à verificação das entradas e saídas de dinheiros, que deve ser efetuado pela autoridade competente quando da omissão no dever de prestar contas pelo gestor na ocorrência de desvios ou de atos ilegítimos.
- 36 A prestação de contas, recursos, denúncia, pedidos de rescisão e remoção são modalidades de processos formalizados junto ao TCE/PE para o exercício de sua competência de fiscalização e julgamento.
- 37 No tocante ao controle interno, o servidor pode ser considerado responsável solidário se tiver conhecimento de irregularidades e não tomar nenhuma providência.

Considerando as regras gerais da Lei Orgânica do TCE/PE, julgue o item a seguir.

- 38 Embora dotado de autonomia, o Ministério Público que atua junto ao TCE/PE é um dos ramos do Ministério Público Estadual, chefiado pelo procurador geral de justiça.

Com referência às fontes do direito constitucional, à classificação das constituições e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 39 Em relação às fontes, considera-se direito constitucional, sob o ângulo material, o conjunto de normas jurídicas componentes de um documento produzido e aceito como Constituição pelo povo de um país, ainda que algumas das normas inseridas nesse documento não disciplinem temas propriamente constitucionais.
- 40 Em 17/10/1969, foi posta em vigor, pelos líderes militares da chamada Revolução de 1964, a Emenda Constitucional n.º 1, à Constituição de 1967. Admitindo como premissa que essa emenda tenha caracterizado uma nova manifestação do poder constituinte originário, é juridicamente correto afirmar que essa Constituição seria do tipo outorgado.
- 41 No direito brasileiro, qualquer pessoa interessada em que o Poder Judiciário decida acerca da possível inconstitucionalidade de uma norma jurídica pode argüi-la no curso de um processo judicial qualquer, como pode ocorrer, entre outros, na ação de mandado de segurança e nas ações ordinárias; esses casos são exemplos do chamado controle de constitucionalidade por via de ação.
- 42 A ação direta de inconstitucionalidade é típico mecanismo jurídico para o controle concentrado de constitucionalidade das normas jurídicas; a competência para o julgamento dela é exclusiva do Supremo Tribunal Federal e ela não pode ter como objeto normas derivadas de outras que regulamentem a Constituição, tais como decretos e portarias.

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 43 Na evolução dos direitos fundamentais, consolidou-se a classificação deles em diferentes gerações (direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações), as quais se sucederam e se substituíram ao longo do tempo, a partir, aproximadamente, da Revolução Francesa de 1789.
- 44 A Constituição de 1988 permite que, em determinadas circunstâncias, homens e mulheres sejam tratados desigualmente.
- 45 A aquisição dos direitos políticos não ocorre pelo simples nascimento com vida, como se dá em relação a alguns direitos civis, mas por meio do alistamento eleitoral; este, porém, ainda quando realizado de maneira correta, não confere ao eleitor com 16 anos de idade, integralmente, a capacidade eleitoral passiva.

No que concerne à organização dos poderes e do Estado brasileiro, aos estados federados e à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 46 A repartição de competências entre os entes da Federação é estabelecida, inicialmente, pelo constituinte originário, e cabe ao legislador infraconstitucional atribuir, por lei ordinária, àqueles entes as parcelas de competência que não hajam sido expressamente divididas no texto constitucional.
- 47 O Brasil adota o presidencialismo como forma de governo, que tem como características a concentração, na mesma pessoa, da chefia de Estado e da chefia de governo, bem como o fato de que o presidente da República não necessita do apoio do Poder Legislativo para manter-se no poder.
- 48 Se, por hipótese, os estados de Pernambuco e de Alagoas decidissem fundir-se para gerar um novo estado, a justiça eleitoral deveria promover plebiscito entre as populações envolvidas e, no caso de aprovação, o resultado deveria ser enviado ao Congresso Nacional, para ser objeto de emenda constitucional, já que a fusão alteraria a estrutura federativa originalmente prevista na Constituição.
- 49 Se a assembléia legislativa de um estado aprovar lei tributária inconstitucional, os servidores da secretaria de fazenda respectiva estarão obrigados a cumpri-la enquanto ela não for declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário ou revogada; naquele caso, apenas o chefe do Poder Executivo teria competência para determinar o descumprimento da lei, sob sua própria responsabilidade.
- 50 De acordo com a Constituição, estrangeiros podem ocupar certos cargos e empregos públicos na administração pública brasileira, nos termos da lei, mas essa faculdade é reservada apenas aos estrangeiros que sejam residentes no país.

No que diz respeito à tributação e ao orçamento, julgue o item abaixo.

- 51 Segundo o entendimento prevalecente da doutrina e da jurisprudência, o pedágio, na vigente ordem constitucional, tem natureza jurídica de taxa e não de preço público, sendo que aquele somente pode ser cobrado pela efetiva utilização do serviço correspondente.

Acerca da Constituição de Pernambuco, julgue o item a seguir.

52 No processo legislativo do estado de Pernambuco, as votações são sempre secretas, para proteger a independência do voto dos deputados estaduais.

Julgue os itens a seguir, com relação ao controle dos atos administrativos pelo TCE/PE.

53 O TCE/PE somente pode agir mediante provocação do Ministério Público ou das demais autoridades financeiras e orçamentárias previstas na Constituição Estadual.

54 Compete ao TCE/PE fiscalizar despesas decorrentes de contratos firmados pelo poder público.

55 Ao TCE/PE compete fiscalizar as contas dos administradores do estado e dos municípios.

56 Sujeitam-se à jurisdição do TCE/PE os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviços de interesse público ou social.

Ao ser publicado um edital de concurso público para preenchimento de vagas para o cargo de analista administrativo de uma fundação pública do estado de Pernambuco, constatou-se a previsão de reserva de vagas para candidatos que já fizessem parte da entidade como ocupantes de cargos em comissão, de livre nomeação.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

57 A fiscalização dos atos de admissão dos servidores eventualmente nomeados em razão desse concurso escapa à jurisdição do TCE/PE, por se tratar de admissão de servidor em fundação.

58 A reserva de vagas citada ofende o princípio da impessoalidade.

59 Caso a administração pública lance mão do controle interno, deverá valer-se do instituto da revogação do ato, em face de sua ilegalidade.

Acerca de estabilidade, julgue os itens que se seguem.

60 O servidor público do estado de Pernambuco alcança a estabilidade decorridos 3 anos de efetivo exercício, desde que aprovado em avaliação especial de desempenho constituída para esse fim.

61 O servidor público estável somente poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo, assegurada a ampla defesa.

62 É vedada a extinção de cargo ocupado por servidor estável.

No que diz respeito a licitação, julgue os seguintes itens.

63 É hipótese de inexigibilidade de licitação a compra de marca-passos para atender a situação de emergência em que o não-atendimento pode pôr em risco a vida de pacientes em hospital público.

64 A critério da administração, o edital pode estipular preferência de marcas e características exclusivas para o bem objeto da licitação.

Com relação a concessões de serviço público, julgue os itens subseqüentes.

65 O poder concedente pode recusar propostas manifestamente inexeqüíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

66 É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

Com referência a tributos e obrigação tributária, julgue o item a seguir.

67 A situação jurídica em que uma sociedade comercial que se dedica ao comércio varejista de venda de refrigerantes, cujo ICMS foi retido pelo distribuidor que recolheu, diretamente ao Estado, o valor de tal tributo denomina-se substituição tributária para trás.

Pequeno agricultor de feijão, que se dedica, também, à venda de feijão enlatado, aliena a matéria-prima a industrial que cozinha e tempera o feijão e o revende ao seu fornecedor, que o enlata e revende, vindo o ICMS a ser cobrado, em face da legislação local, apenas na última operação.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

68 Nessa situação, ocorre o diferimento do ICMS.

69 A alienação do feijão pode ser submetida, pela União, ao regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para que o valor incidente sobre a operação seja recolhido na última etapa da produção (enlatamento do feijão).

Uma sociedade comercial dedica-se à importação de pneumáticos, há três anos, subfaturando as compras realizadas em dólar norte-americano. Esse fato veio a ser conhecido pelo fisco, que efetuou o lançamento com base nas notas fiscais verdadeiras.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

70 A autoridade fiscal deverá verificar o câmbio do dia da ocorrência de cada fato gerador e fazer a conversão para reais.

71 O lançamento efetuado pela autoridade denomina-se lançamento por arbitramento, espécie de lançamento de ofício.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de direito tributário.

72 Sociedade comercial sediada em Juazeiro – BA exporta para Portugal, pelo porto de Suape, Pernambuco, colares industrializados com sementes de pau-brasil e borracha extraída de seringueiras, transportando o produto até o porto por via terrestre. Nessa situação, o produto a ser exportado está imune do pagamento do ICMS, entretanto, tal tributo incidirá sobre o serviço de transporte interestadual.

- 73 Cooperativa de taxistas situada em Pernambuco adquiria gasolina de refinaria situada em Campos dos Goytacazes – RJ, para consumo próprio. Nessa situação, a cooperativa está imune do pagamento do ICMS incidente sobre as aquisições.
- 74 Determinado contribuinte de direito do ICMS procurou a fazenda pública e confessou débito tributário oriundo de nota fiscal dobrada, requerendo o pagamento parcelado do valor, o que foi indeferido, não sendo, por isso, pago o débito tributário. Nessa situação, poderá o valor declarado ser inscrito em dívida ativa, independentemente de lançamento pela autoridade fiscal.

Acerca dos instrumentos normativos relacionados com o direito financeiro, julgue os itens seguintes.

- 75 O prazo para a elaboração da lei orçamentária anual do estado de Pernambuco deve ser definido por meio de lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.
- 76 Os créditos adicionais do tipo especial são criados sempre por meio de lei ordinária.
- 77 As normas atuais admitem a criação de créditos suplementares tanto por meio de lei ordinária quanto por meio de decreto, atendidas, neste último caso, as condições estabelecidas na lei orçamentária.
- 78 Os créditos extraordinários são sempre abertos por decreto, do qual o Poder Executivo deve dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- 79 Se o governo do estado de Pernambuco quiser estabelecer um exercício financeiro iniciado em 1.º do julho, terá de fazê-lo por meio de lei complementar estadual.

Relativamente às limitações impostas sobre o orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 80 Na execução da lei orçamentária, não é permitido que se realizem despesas que excedam os créditos orçamentários e adicionais, exceção feita aos créditos extraordinários, que, destinando-se a calamidades, podem ser ultrapassados, desde que justificadamente.
- 81 A Constituição Federal não admite que se contratem operações de crédito em volume que exceda os investimentos.
- 82 Pelo princípio da não-vinculação da receita de impostos, é proibido vincular a receita de impostos a órgãos, fundos e a despesas. Apesar disso, é admissível a utilização da receita de impostos para a realização de atividades de administração tributária.
- 83 Para que o governo federal conceda transferência voluntária de recursos, destinando-a a fazer face à necessidade de pagamento de pessoal, em caso de um município que esteja com déficit fiscal de tal montante que não tenha condições de pagar a remuneração dos servidores, é necessária autorização por meio de lei complementar.
- 84 Na execução da despesa com recursos das contribuições previdenciárias, somente se admite que os montantes arrecadados sejam aplicados em benefícios previdenciários do regime geral de previdência social.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre despesa pública.

- 85 Por meio da nota de empenho, a administração pública formaliza uma obrigação pecuniária condicionada.
- 86 Se uma despesa é sujeita a parcelamento, o executor tem o dever de fazer um empenho único para o total da despesa.
- 87 De acordo com a classificação econômica de despesa, o pagamento de pensionista é considerado uma transferência.
- 88 No conceito de subvenções sociais, estão incluídas como destinatárias as instituições privadas sem fins lucrativos, e estão excluídas as instituições públicas.

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 89 Em relação ao sistema previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, deve ser observado o caráter contributivo e solidário, o que implica a ausência de obrigatoriedade de registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor.
- 90 Para que um servidor público ocupante de cargo efetivo tenha direito à aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, é necessário o atendimento dos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher.
- 91 As normas constitucionais em vigor asseguram aos ocupantes de cargo público efetivo, no caso de doença incurável contraída um ano após o início do exercício no cargo, a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais.
- 92 Considerando que a aposentadoria compulsória do servidor ocupante de cargo efetivo, aos setenta anos de idade, independe da manifestação da vontade, é assegurada a este a percepção de proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- 93 No âmbito do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, há vedação ao estabelecimento de benefícios que não estejam previstos no regime geral de previdência social (RGPS).
- 94 Subsiste vedação, em normas constitucionais no âmbito do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, acerca da inclusão, no cálculo dos benefícios, de parcelas remuneratórias decorrentes do exercício de função de confiança.
- 95 Segundo as normas constitucionais vigentes, a União, os estados, o DF e os municípios podem estabelecer o teto do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões dos servidores ocupantes de cargo efetivo, desde que instituem regime de previdência complementar, que funcione por intermédio de entidade fechada de previdência complementar de natureza pública.
- 96 Há óbice ao estabelecimento de mais de um regime próprio de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

Acerca de contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 97 Os objetivos da contabilidade pública incluem captar, registrar, acumular e interpretar as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades da administração direta e indireta.
- 98 Os objetos da contabilidade pública incluem os bens públicos de uso geral.

A realização de receita e despesas pela administração pública implica a necessidade de registros pela contabilidade. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 99 Considere que determinada entidade da administração pública alienou, pelo valor histórico, um bem de capital. Como decorrência desse ato administrativo, o resultado do exercício será influenciado positivamente pelo valor da alienação do bem.
- 100 O recolhimento de receita extra-orçamentária provoca o surgimento de passivo financeiro.
- 101 A liquidação de despesa referente a material de consumo imediato, para posterior pagamento, registra, entre outros, lançamento em conta do ativo circulante.

Na contabilidade pública, a existência de sistemas de contas decorre da necessidade de se levantarem vários demonstrativos contábeis. No que se refere a sistemas de contas, julgue os itens subseqüentes.

- 102 As contas que registram a execução dos restos a pagar pertencem ao sistema patrimonial.
- 103 A apuração do resultado do exercício é demonstrada na conta resultado apurado, que pertence ao sistema patrimonial e pode apresentar saldo credor ou devedor.

previsão de receita		receita realizada	
receita corrente	10.000	receita corrente	12.000
receita de capital	1.800	receita de capital	700

despesa fixada		despesa realizada	
despesa corrente	8.400	despesa corrente	7.500
despesa de capital	3.400	despesa de capital	2.400

Considerando que uma entidade da administração pública apresentou, no encerramento do exercício, os dados referentes a despesa e receita (em milhares de reais) mostrados acima, julgue os itens que se seguem.

- 104 A entidade obteve *superavit* orçamentário corrente de R\$ 2.000.000,00.
- 105 No referente ao cunho econômico, a entidade apresentou descapitalização no exercício.
- 106 O quociente do resultado orçamentário é igual a 1,1, significando que a entidade apresentou *superavit* orçamentário no exercício.

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — determina a elaboração do relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal. Quanto a esses relatórios, julgue os seguintes itens.

- 107 Nos estados, o demonstrativo da receita corrente líquida, que acompanha o relatório resumido da execução orçamentária, deve apresentar as receitas tributárias detalhadas em ICMS, IPVA e outras receitas tributárias de competência dos estados.
- 108 No demonstrativo da despesa com pessoal, que acompanha o relatório de gestão fiscal, devem ser evidenciados como outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização os valores liquidados referentes aos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

Para apoiar as esferas estadual e municipal, foi desenvolvido o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), ferramenta que permite acompanhar toda a execução orçamentária dos entes da Federação que o adotarem. Acerca do SIAFEM, julgue os itens a seguir.

- 109 O SIAFEM 2000 possui as características de modularidade e versatilidade, podendo ser instalado em ambiente de rede ou monousuário.
- 110 A guia de recebimento (GR) destina-se, especificamente, à arrecadação de receitas próprias.

RASCUNHO

Acerca dos registros contábeis e seus reflexos na estrutura patrimonial, julgue os itens a seguir.

111 Ao omitir a provisão para pagamento de juros correspondentes à remuneração de debêntures, a empresa esta subestimando suas obrigações.

112 Quando se faz registro de despesa de pessoal superestimada, a base de cálculo do imposto de renda é subestimada.

113 Quando algum funcionário requer judicialmente indenização de uma empresa, essa empresa deve registrar a possível perda em provisão para contingências. Esse registro aumenta o passivo e reduz o patrimônio líquido.

114 Quando o estoque final de mercadorias do período anterior é superestimado, o valor do custo da mercadoria vendida no período corrente é subestimado.

Com referência a registros e demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

115 De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, a receita financeira obtida deve ser classificada como receita não-operacional. No entanto, se a empresa em questão for uma instituição financeira, a receita financeira será considerada operacional.

116 Ao registrar a despesa com fretes, vinculada à aquisição de mercadorias para revenda, a empresa estará incorporando o valor ao grupo de despesas operacionais, independentemente do pagamento, uma vez que o regime legal é o de competência.

117 Ao classificar ações de outras companhias no ativo circulante, a empresa declara seu interesse em comercializar essas ações em curto prazo.

No tocante à influência da Lei n.º 6.404/1976 na escrituração e divulgação das demonstrações contábeis, julgue os itens subseqüentes.

118 A reversão da reserva de contingências deve ser considerada um elemento redutor de lucros acumulados.

119 O registro da reserva estatutária reduz o ativo circulante e aumenta o patrimônio líquido.

120 A Lei das Sociedades por Ações não permite que o valor de uma ação preferencial seja inferior ao valor do dividendo obrigatório por ação definido nos estatutos, inclusive no caso de ações com dividendo fixo.